



PUBLICADO  
Período 27 / 30 / 2015  
a 27 / 31 / 2015  
ARTIGO 74 / L. O. M.  
LOCAL. MURAL C. M. N

Estado de Roraima  
Município de Normandia  
PREFEITURA MUNICIPAL

LEI Nº 214/2015

**“QUE CRIA O SERVIÇO DE VIGILÂNCIA  
SANITÁRIA NO MUNICÍPIO DE NORMANDIA E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**





ESTADO DE RORAIMA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA  
GABINETE DO PREFEITO

"O povo faz. A reconstrução acontece"

PUBLICADO  
Período 27/10/2015  
a 27/11/2015  
ARTIGO 74/L. O M.  
LOCAL, MURAL C. M. N

LEI Nº 214/2015.

Normandia – RR, 27 de Outubro de 2015.

"CRIA O SERVIÇO DE VIGILÂNCIA  
SANITÁRIA NO MUNICÍPIO DE  
NORMANDIA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DE NORMANDIA, ESTADO DE RORAIMA,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o serviço Municipal de Vigilância Sanitária, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, organizado e disciplinado na forma desta Lei.

Art. 2º - O Serviço Municipal de Vigilância Sanitária compreende ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I – o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo;

II – o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

§ 1º As ações da vigilância sanitária de que trata este artigo serão desenvolvidas de acordo com as diretrizes emanadas da Secretaria da Saúde do Estado de Roraima, Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o município desenvolverá ações no âmbito de suas competências estabelecidas no art. 200 da Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal nº 8.080/90.

Art. 3º - O município deverá assegurar toda a infraestrutura para a execução das ações do Serviço Municipal de Vigilância Sanitária previstas nesta Lei.

Art. 4º - São consideradas autoridades sanitárias para os efeitos desta Lei:

I – os profissionais da equipe municipal de vigilância sanitária investidos na função fiscalizadora, na forma do § 1º do art. 5º; e

II – o responsável pelo Serviço Municipal de Vigilância Sanitária.



  
**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

*“O povo faz. A reconstrução acontece”*

Parágrafo Único – Para fins de processo administrativo sanitário, o Secretário Municipal de Saúde e o Prefeito serão considerados autoridades sanitárias.

Art. 5º - A equipe municipal de vigilância sanitária, investida de sua função fiscalizadora, será competente para fazer cumprir as leis e regulamentos sanitários.

§ 1º - Para o exercício de suas atividades fiscalizadoras, os referidos profissionais serão designados mediante Decreto do prefeito municipal, devendo os mesmos serem do quadro efetivo da prefeitura Municipal e que os referidos nomes sejam submetidos a apreciação e aprovação da Câmara municipal de vereadores.

§ 2º - Os profissionais competentes portarão credencial expedida pelo Poder Executivo Municipal e deverão apresentá-la sempre que estiverem no exercício de suas funções.

§ 3º - Os profissionais acima designados serão considerados, para todos os efeitos, autoridade sanitária e exercerão todas as atividades inerentes à função de fiscal sanitário, tais como: inspeção e fiscalização sanitária, lavratura de auto de infração sanitária, instauração de processo administrativo sanitário, interdição cautelar de estabelecimento; interdição e apreensão cautelar de produtos; fazer cumprir as penalidades aplicadas pelas autoridades sanitárias competentes nos processos administrativos sanitários; e outras atividades estabelecidas para esse fim.

§ 4º - Os profissionais investidos na função fiscalizadora terão poder de polícia administrativa, adotando a legislação sanitária federal, estadual e municipal e as demais normas que se referem à proteção da saúde, no que couber.

§ 5º - As autoridades fiscalizadoras mencionadas nos incisos I e II do Art. 4º desta Lei, quando do exercício de suas atribuições, terão livre acesso em todos os locais do município sujeitos à legislação sanitária, em qualquer dia e hora, podendo utilizar de todos os meios e equipamentos necessários, ficando responsáveis pela guarda das informações sigilosas.

§ 6º - Os nomes dos Servidores nomeados pelo Prefeito Municipal deverão ser enviados ao Legislativo para sua aprovação no prazo máximo de 3 (três) meses a contar da data de sua Publicação.

Art. 6º - As atividades sujeitas às ações da vigilância sanitária ensejarão a cobrança de Taxa de Vigilância Sanitária pelo Serviço Municipal de Vigilância Sanitária.

§ 1º - A Taxa de Vigilância Sanitária terá o mesmo valor da taxa de inspeção municipal cobrada para a expedição de alvará de funcionamento no Município.

§ 2º - Os valores da Taxa de Vigilância Sanitária serão recolhidos aos cofres públicos do Município de Normandia, enquanto as multas aplicadas pela Vigilância Sanitária serão revertidos para o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária e sob o controle social do Conselho Municipal de Saúde.





**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

*"O povo faz. A reconstrução acontece"*

§ 3º - Os estabelecimentos integrantes da administração pública ou por ela instituídos sujeitos às ações de Vigilância Sanitária, estão isentos do recolhimento da Taxa de Vigilância Sanitária prevista neste artigo, porém, para que funcionem, devem cumprir as exigências contidas nas normas legais e regulamentares, além das pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequados e à assistência e responsabilidade técnicas.

Art. 7º - Os estabelecimentos sujeitos às ações da vigilância sanitária não poderão funcionar sem que sejam atendidas cumulativamente as seguintes exigências:

I – apresentação de toda a documentação inerente à atividade a ser desenvolvida, para fins de cadastramento;

II – recolhimento do respectivo valor da Taxa da Vigilância Sanitária;

III – realização de inspeção sanitária com parecer favorável da equipe municipal de vigilância de vigilância sanitária; e

IV – emissão da Licença Sanitária.

Art. 8º - Na ausência de norma municipal que disponha sobre infrações sanitárias e penalidades, bem como instauração do devido processo administrativo sanitário, as autoridades sanitárias previstas no art. 4º da presente lei deverão utilizar de maneira suplementar a legislação estadual e/ou federal cabível à espécie.

Art. 9º - As despesas com a execução desta Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei no prazo de 90 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 11 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NORMANDIA, AOS 27 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2015.

Normandia – RR, 27 de Outubro de 2015.

**JAIRO AMILCAR DA SILVA ARAÚJO**  
Prefeito Municipal de Normandia